



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202040600043	Distribuição: 10/01/2020
Número Único: 0001200-71.2020.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Julgado	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS
Endereço: POVOADO PALMEIRA
Complemento:
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: RIO REAL - Estado: BA - CEP: 48330000
Advogado: RUDSON FILGUEIRAS BARBOSA 5958/SE
Requerido: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A
Endereço: AVENIDA BARAO DE MARUIM
Complemento: LOJA DA FRENTE
Bairro: CENTRO
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49010340



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600043

DATA:

10/01/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202040600043, referente ao protocolo nº 20200110123501353, do dia 10/01/2020, às 12h35min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL E
COMERCIAL DA COMARCA DE ARACAJU -SERGIPE.**

CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS, brasileiro, maior, solteiro, lavrador, portador do RG nº 20.291.506-90 SSP/BA e CPF nº 865.130.055-74, filho de Orlando Conceição dos Santos e Solange de Jesus Souza, nascido em 19-06-1999, residente e domiciliado no Povoado Palmeira, Nº 115, Zona Rural, do Município de Rio Real - BA, CEP: 48.330-000, por seu advogado infrafirmado ut instrumento de mandato em anexo, doc. 01, com endereço profissional para recebimento de notificações aposto no rodapé desta lauda, vem, mui respeitosamente perante V. Exa., propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

contra a **Capemisa Seguradora de Vida E Previdência S/A**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF 08.602.745/0016-19, estabelecida na Avenida Barão de Maruim, 652 - Loja da Frente, Centro - Aracaju – SE, CEP: 49010-340, Tel: 0800 723-3030 / 4000-1130, pelos fatos e fundamentos a seguir:

I – PRELIMINAR

Da justiça gratuita

Preliminarmente requer a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, porquanto se trata de pessoa que na tem condições de arcar com as custas processuais sem comprometer o sustento próprio e de sua família, estando enquadrado no que dispõe a Lei 1.060/50.

Da solidariedade entre as seguradoras DPVAT geridas pela Líder Seguradora

No que tange a legitimidade passiva do Réu não há que se discutir ante entendimento solidificado na jurisprudência dominante que afirma a solidariedade entre as seguradoras consorciadas, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO.EXECUÇÃO DE AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. RECURSO CONTRA DECISÃO QUE CONDENOU A AGRAVANTE NO PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT, NO VALOR DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE DE PARTE AD CAUSAM POR NÃO HAVER INTEGRADO A AÇÃO DE CONHECIMENTO QUE CERTIFICOU O DIREITO. REJEITADA. AS SEGURADORAS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO SÃO OBRIGADAS A SUPORTAR O RISCO DO NEGOCIO JURÍDICO ENTABULADO, QUAL SEJA, PAGAR O VALOR DO SEGURO, QUANDO REQUERIDO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT PODE SER REQUERIDO A QUALQUER DAS SEGURADORAS QUE INTEGRAM O CONSÓRCIO. RECURSO IMPROVIDO. "A jurisprudência é sólida em afirmar que as seguradoras integrantes do consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, podendo o beneficiário cobrar o que é devido de qualquer uma delas.(REsp 1108715 / PR 2008/0283386-8; Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO; DJe 28/05/2012) "

(TJ-BA - AI: 03040081520128050000 BA 0304008-15.2012.8.05.0000, Data de Julgamento: 19/11/2012, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 06/08/2013) (grifei)

II - DOS FATOS

Conforme observa-se de Boletim de Acidente de Transito e documentos médicos (Prontuários, Laudos e Exames) em anexo, o Autor em **25/08/2019, sofreu acidente** de motocicleta com trauma no pé esquerdo na região do tornozelo que acarretou sequelas permanentes no pé restringindo os movimentos e a deambulação.

Fora feito requerimento de pagamento do seguro DPVAT o qual foi negado. (Sinistro 3190659519).

Assim, ante a negativa, busca o Autor a Justiça para ver sacramentado seu direito sendo pago a diferença do valor devido.

III - DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus à parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74.

No caso em tela resta evidente que a Autora sofreu serias lesões que resultou em invalidez total e permanente conforme art. 3º, II, da Lei 6.194/74.

Ou seja, mediante simples prova do acidente e dos danos decorrente, independentemente da existência de culpa. Quanto aos documentos exigidos, conforme descreve o §1º do art. 5º da Lei 6.194/74, **necessário tão somente à ocorrência policial registrada pelo órgão policial competente, já que no caso em tela não houve óbito.**

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, §1º, a', além da documentação médica hospitalar).

Em casos análogos este é o entendimento jurisprudencial:

EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADA. MÉRITO: NEXO CAUSAL COMPROVADO. PROVA DOCUMENTAL ACOSTADA AOS AUTOS SUFICIENTE PARA COMPROVAR O DESENVOLVIMENTO DOS FATOS E CONSEQUÊNCIAS, SENDO O BASTANTE PARA CONFIGURAR O DIREITO AO RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT. 1. Verifica-se do Laudo de Exame de Corpo de Delito ? Lesão Corporal acostada aos autos, fls. 14, no qual consta que a autora em decorrência do atropelamento pela motocicleta sofreu trauma em face e tornozelo, com ferimento corto contuso em lábio inferior com perda de dentes incisivos superiores anteriores e

permanentes, os dentes 21 ? incisivo central e 22 ? incisivo lateral. Que as perdas dentárias debilitaram a função mastigatória no que diz respeito a apreensão e corte dos alimentos, causando também deformidade permanente, levando-se em consideração: o aspecto, a localização, as dimensões e a irreparabilidade da lesão. Em decorrência do acidente a autora ficou com debilidade permanente da função de corte e apreensão dos alimentos e da fonação. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJ-PA - APL: 00014395620118140301 BELÉM, Relator: MARNEIDE TRINDADE PEREIRA MERABET, Data de Julgamento: 21/09/2015, 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA, Data de Publicação: 30/09/2015) (grifei)

DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA LEVE DECORRENTE DE LESÃO CRANIANA. PROPORCIONALIDADE. LESÃO CRÂNIO-ENCEFÁLICA E LESÃO CRANIOFACIAL. MESMA ESTRUTURA ÓSSEA. INDENIZAÇÃO ÚNICA. 1. Nos termos da tabela anexada ao art. 3º da Lei nº 6.194, de 19.12.1974, as lesões de estruturas do crânio serão indenizadas no percentual de 100% do teto da indenização securitária em referência (R\$ 13.500,00 treze mil e quinhentos reais). Na hipótese de a lesão ser de repercussão leve, a indenização corresponderá a 10% (dez por cento) desse valor. 2. Não há direito à dupla indenização em decorrência de lesão crânio-encefálica e craniofacial, por incidirem sobre uma única estrutura - craniana - e apenas em áreas diferentes.

(TJ-PE - APL: 3762227 PE, Relator: Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima, Data de Julgamento: 10/06/2015, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 08/07/2015) (grifei)

IV - DA PERÍCIA

Observando-se as particularidades da causa, bem como a desarmonia da teoria da prova adotada pelo CPC com relação ao modelo constitucional pautado no direito fundamental de acesso a justiça tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor

atender às especificidades da causa em concreto. Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

"AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL. 1. Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, *in casu* levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos. 3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao *ônus probandi*, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social. 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os

honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de adiantar o montante necessário a produção da prova pretendida. 7. Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória. 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar, também, que antes da realização da perícia os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito, atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso devessem ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação" pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios

fixados jurisprudencialmente. 14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno.

(TJRS; AG 521201-30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014) (grifei)

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

V - DO PEDIDO

Diante do exposto, **REQUER-SE:**

Que o feito siga o rito ordinário diante da complexidade da causa e possibilidade de necessária perícia médica;

A **citação do requerido**, para apresentando defesa caso queira, sob pena de revelia;

Que seja **determinado o foro da Comarca da Ré como competente** para processar e julgar a presente demanda nos termos da Sumula 540 do STJ;

Seja realizada perícia médica, caso necessário, custeada pelo Estado ou pelo Réu mediante aplicação da Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova;

Sejam **aplicados os ditames do CDC** por tratar-se de evidente relação de consumo, aplicando-se normas basilares do Direito Consumerista como a inversão do ônus da prova;

Seja julgada totalmente procedente a ação, com a condenação do requerido ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor determinado por Lei nos moldes do art. 3º, II da Lei 6.194/74, acrescidos de juros de mora a partir do evento danoso conforme Súmula 54 do STJ e atualização monetária, com custas processuais pela Ré e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais;

Seja **concedido os benefícios da Justiça Gratuita**, por ser o requerente de pessoa pobre nos termos da Lei nº. 1060/50.

Desde já, a Autora dispensa realização de audiência de conciliação prevista no CPC antes da realização de perícia judicial, vez que não há interesse ou possibilidade de acordo entre as partes como mostra a experiência em feitos análogos onde o insucesso é cotidiano quando promovida antes da realização de perícia.

Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitido, especialmente pelos documentos inclusos, prova testemunhal e pericial, caso entenda este Juízo necessária.

Dá-se a causa o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Nestes Temos
Pede Deferimento.

Rio Real, 09 de janeiro de 2020.

RUDSON FILGUEIRAS BARBOSA

OAB/SE 5.958

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS, brasileiro, maior, solteiro, lavrador, portador do RG nº 20.291.506-90 SSP/BA e CPF nº 865.130.055-74, filho de Orlando Conceição dos Santos e Solange de Jesus Souza, nascido em 19-06-1999, residente e domiciliado no Povoado Palmeira, Nº 115, Zona Rural, do Município de Rio Real - BA, CEP: 48.330-000.

OUTORGADO: ADALBERTO SANTOS BINA, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/BA nº 29.322 e OAB/SE nº 5.356, portador do RG nº 32971354 SSP/SE e CPF nº 017.608.865-21; **RUANE FILGUEIRAS BARBOSA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/SE nº 6984, portadora do RG nº 13536153-24 SSP/BA e CPF nº 018.015.455-96, com endereço profissional situado na Rua José Antônio de Góes, 16, Centro, Rio Real, Estado da Bahia, CEP.: 48.330-00 e **RUDSON FILGUEIRAS BARBOSA**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/SE nº 5.958 e OAB/BA 34.483, portador do RG nº 986138550 SSP/BA e CPF nº 010.894.215-59, com endereço profissional situado na Rua José Antônio de Góes, 16, Centro, Rio Real, Estado da Bahia, CEP.: 48.330-000.

PODERES: Pelo presente instrumento de mandato, outorgante nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador e advogado para o foro em geral, outorgando-lhe poderes "**ad judicium et ad extra**", em qualquer juízo, em todas as instâncias das Justiças Federal, Estadual, Eleitoral e do Trabalho, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras até o final da decisão, usando os recursos legais e acompanhando-o, concedendo-lhe, outrossim, os poderes da parte final do art. 105 do Código de Processo Civil, mais firmar conciliação ou acordo, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, sacar, dar quitação e firmar compromisso, usar dos recursos legais e acompanhá-lo, renunciar o prazo de recurso, representando-o, também perante Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Sociedades da Iniciativa Privada, Instituições Bancárias, Financeiras e de Crédito, podendo, seja verbas referentes a RPV, depósitos judiciais, adjudicações e especialmente, atuar junto a Seguradora Líder DPVAT, INSS, Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil, em quaisquer sedes, para realização de todo e qualquer procedimento e serviço necessário ao fiel cumprimento da atividade advocatícia, podendo ainda substabelecer, com ou sem reservas de poderes, dando tudo por bom, certo, firme e valioso, podendo para tanto, usar os poderes impressos que ficam assim, expressamente ratificados.

Rio Real, 22 de Novembro de 2019.



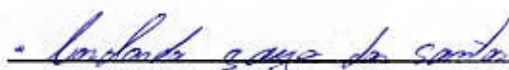
OUTORGANTE

DECLARAÇÃO

CARILANDO SOUZA DOS SANTOS, brasileiro, maior, solteiro, lavrador, portador do RG nº 20.291.506-90 SSP/BA e CPF nº 865.130.055-74, filho de Orlando Conceição dos Santos e Solange de Jesus Souza, nascido em 19-06-1999, residente e domiciliado no Povoado Palmeira, Nº 115, Zona Rural, do Município de Rio Real - BA, CEP: 48.330-000, desejando obter os benefícios da "Justiça Gratuita", assim, declaro, sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer demanda judicial, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faço jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

A fim de promover maior veracidade e efetividade, vai assinado por mim declarante.

Rio Real, 22 de Novembro de 2019.



CARILANDO SOUZA DOS SANTOS

SINISTRO 3190659519 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GENTE
SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 86513005574

Posição em 11-12-2019 14:13:39

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para beneficiário.

Rio de Janeiro, 02 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190659519

Vítima: CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

Data do Acidente: 25/08/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: LINALDO DE SOUZA

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Senhor(a), CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, foi verificada a necessidade de realização de avaliação médica presencial para a identificação e/ou enquadramento da invalidez permanente de acordo com a tabela prevista na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do seu pedido fica interrompido e sua contagem será reiniciada após a emissão do laudo da avaliação médica.

O não comparecimento à avaliação médica agendada poderá gerar o cancelamento do pedido do Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 0151901520 - carta_02 - INVALIDEZ



Carta nº 15174204



20.291.506-90 DATA DE EMISSÃO: 07-03-2018

CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

ORLANDO CONCEIÇÃO DOS SANTOS

SOLANGE DE JESUS SOUZA

ESPLANADA BA DATA DE NASCIMENTO: 19-06-1999

C.NAS. CM RIO REAL BA DS
SEDE LV 00058 FL 136 RT 0038074
865.130.055-74

fcoelho de Maria de A. R.
ASSINATURA DO(A) PRESENCIAL

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
865.130.055-74

Nome
CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

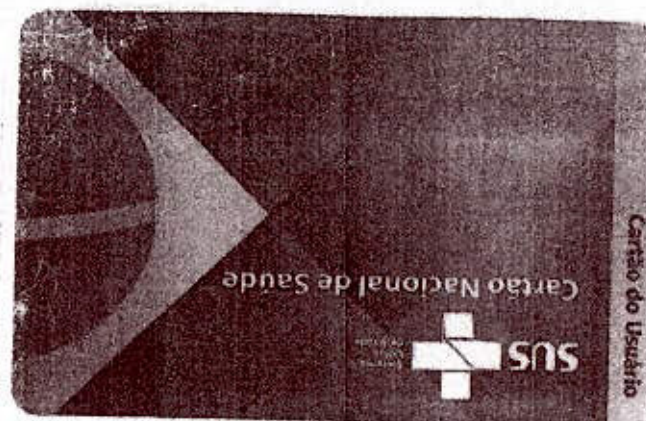
Nascimento
19/06/1999

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
A3A7.2502.5EF8.7BB3

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

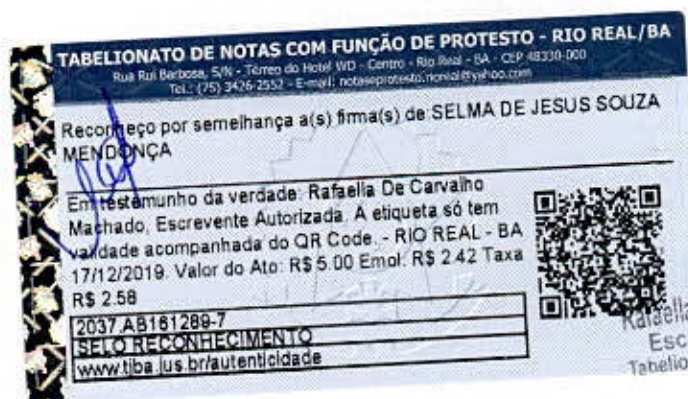
Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 07:29:08 do dia 10/10/2016 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00



DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA

Eu, **SELMA DE JESUS SOUZA MENDONÇA**, brasileira, maior, casada, lavradora, portadora do RG nº 06.894.292-31 SSP/BA e CPF nº 769.852.025-00, filha de Augusto Valeriano de Souza e Clarice de Jesus, nascida em 05-12-1974, declaro para os devidos fins que **CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS**, brasileiro, maior, solteiro, lavrador, portador do RG nº 20.291.506-90 SSP/BA e CPF nº 865.130.055-74, filho de Orlando Conceição dos Santos e Solange de Jesus Souza, nascido em 19-06-1999, ambos residentes e domiciliados no Povoado Palmeira, Nº 115, Zona Rural, do Município de Rio Real - BA, CEP: 48.330-000, mora em minha propriedade, estando o comprovante de residência em meu nome por razões particulares, porém, neste mesmo local encontra-se residentes e domiciliados o mesmo.

A fim de promover maior veracidade e efetividade, vai assinado por mim declarante.



Rio Real, 17 de Dezembro de 2019.

RECONHEÇO Selma de Jesus S. Mendonça
SELMA DE JESUS SOUZA MENDONÇA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO VILLO

NÃO PLASTIFICAR




Selma de Jesus S. Mendonça

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

06.894.292-31 DATA DE EXPIRAÇÃO 03-07-2017

SELMA DE JESUS SOUZA MENDONÇA

AUGUSTO VALERIANO DE SOUZA

CLARICE DE JESUS

RIO REAL BA DATA DE NASCIMENTO 05-12-1974

C.CAS. CM RIO REAL BA DS
SEDE LV B04AUX FL 43 RT 1470
769.852.025-00

Joana de Maria de A. A. Reis

LEI Nº 7.116 DE 20/08/03



Companhia Sul Sergipana de Eletricidade
Rua Capitão Salomão, 314 - Centro Estância/SE
CEP: 46200-000 CNPJ: 13.235.883/0001-96

www.sulgipe.com.br

0800-284-9909

FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

UC / DV

51454/3

SELMA DE JESUS SOUZA MENDONÇA

POV PALMEIRA, 115,

POV PALMEIRA - Rio Real/BA - 48.330-000

Medidor: 7236863-M

Mês de Referência	Consumo kWh	Vencimento	Valor R\$
12/2019	203	18/12/2019	141,00

DADOS CADASTRAIS

Tarifa: Convencional
CNPJ/CPF: 769.852.025-00
Grupo/Subgrupo: B - B1r Ligação Monofásico
Classe: RESIDENCIAL - BAIXA RENDA - NIS: 13789045278
TSEE criada pela lei nº 10.438 de 28/04/2002
Tensão de Fornecimento (V): 220
Limites adequados de Tensão (V): 202 a 231
LIMITES DAS TENSÕES DE FORNECIMENTO CONFORME
ANEXO I DO MÓDULO 8 DO PRODUT
CÓDIGO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO: 051454

DADOS DE FATURAMENTO

Emissão: 04/12/2019
Mês/Ano Faturamento: 12/2019
Leitura atual: (04/12/2019) 24928
Leitura anterior: (05/11/2019) 24625
Próxima leitura: 06/01/2020
Consumo Medido (kWh): 203
Consumo Diário (kWh): 7,00
Dias de Consumo: 29
Ocorrência do Mês: Lido
Média kWh últimos 12 meses: 171

HISTÓRICO DE CONSUMO - kWh

Mês/Ano	Consumo	Obs	Pagamento	Valor R\$
12/2019	203	Lido	Em aberto	141
11/2019	176	Lido	07/11/19	
10/2019	151	Lido	07/10/19	
09/2019	148	Lido	09/09/19	
08/2019	184	Lido	05/08/19	
07/2019	168	Lido	05/07/19	
06/2019	158	Lido	10/06/19	
05/2019	144	Lido	09/05/19	
04/2019	177	Lido	09/04/19	
03/2019	176	Lido	12/03/19	
02/2019	224	Lido	12/02/19	
01/2019	187	Lido	14/01/19	
12/2018	158	Lido	10/12/18	

IDENTIFICAÇÃO

Nota Fiscal / Série:
14.027.2309.013913.37.01.355.119/C
Local de Entrega: 1

COMPOSIÇÃO DA FATURA - R\$

(Art 31, resolução 166/2005 - ANEEL)
Energia: 24,33% 34,30
Distribuição: 18,33% 25,84
Transmissão: 3,93% 5,54
Encargos Setoriais: 3,53% 4,98
Tributos: 47,56% 67,06
Perdas: 0,06% 0,09
Outros: 2,26% 3,19
TOTAL: 141,00

ITENS FATURADOS

Descrição	Qtde.	Vi. Unit.	Valor(R\$)
Consumo de energia	30	x 0,21338 =	6,40
CONSUMO	70	x 0,36582 =	25,60
CONSUMO	103	x 0,54873 =	56,51
CONSUMO	28	x 0,00893 =	0,25
ADIC. BANDO AMARELA			5,20
ADIC. BANDO VERMELHA	175	x 0,02971 =	5,20
ICMS			37,20
PIS			1,18
COFINS			5,47

Itens Financeiros

Comp. ref. ultrapassagem dmic -0,51

Cobranças de terceiros

CIP- Prefeitura Municipal 3,70

TOTAL A PAGAR R\$ 141,00

TRIBUTOS	Base de cálculo(R\$)	Alíquota(%)	Valor(R\$)
ICMS	137,81	27,00	37,20
PIS/PASEP	137,81	0,86	1,18
COFINS	137,81	3,97	5,47

DADOS TÉCNICOS

Inst. transformadora: 1140077
Número do medidor: 7236863
Fator de multiplicação: 1,000
Tipo de ligação: Monofásico

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Conjunto: TOMAR DO GERU	Referência: 10/2019	MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL
EUSD: 33,80		META DIC 11,45	22,90	45,80
		APUR DIC 7,03	0,00	0,00
		META FIC 7,67	15,34	30,69
		APUR FIC 1,00	0,00	0,00
		META DMIC 6,29		
		APUR DMIC 7,03		

RESERVADO AO FISCO: 7926.30B3.5904.A619.38E9.E04E.E3C0.3A/04

ResAee028219_Bandeira_vigência01/11/2019
ResAee028219_Bandeira_vigência01/06/2019

MENSAGEM

Benefício Tarifário: 35,26

A conta normal de consumo seria R\$ 131,42, porém tem um desconto da Tarifa Social de R\$ 37,46, restando a se pago R\$ 93,96, que com os demais valores acima discriminados totaliza R\$ 141,00



RSAÚDE - GESTÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO
UPA 24HS ANA LEOPOLDINA DOS SANTOS
Ficha de Pronto-Atendimento

2019033301

Nome: CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS			Registro:
RG:	CPF:	CNS: 705801438834436	20 Ano(s)
	86513005574		
Cor: PARDA			
Nasc.: 19/06/1999	Profissão:		
Mãe: SOLANGE DE JESUS SOUZA	Pai: ORLANDO CONCEICAO DOS SANTOS		
MASCULINO	NÃO INFORMADO	BRASIL	Natural de: ESPLANADA-BA
End.: CAMPO POV PALMEIRA 1 CASA			Tel: 75999106279
Bairro: ZONA RURAL	Cidade: RIO REAL	UF: BA	CEP: 48330000
Socorrista:	Tel:		
Ent.: 25/08/2019 16:22:46	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	SALA DE SUTURA E MEDICAMENTO	
Impresso por LEANDRO ALVES MEDEIROS SANTOS em 25/08/2019 16:22:46			

Anamnese

Paciente vítima de queda de uma motocicleta, no momento de repouso. Não perde a consciência ou não apresenta dor e corte profundo e extenso na medial do tornozelo (E) com exposição de tendão.

Exame físico

Deficit motor de extensão no pé.

Sinal: Pupila isocórica e isotópica, sem déficit motor, Glasgow (15)

Suspeita Diagnóstico

Cr: 1) Lesão R. de pé/tornozelo (E)

2) Urolitose 1q. EV

3) Distúrbio 2q. EV

Conduta Médica

4) Furosemida 100mg EV.

5) Analg. Urolitose + RINES

Dr. Carlos Felipe Pinto Andrade
Médico
CRM 254.20000

Saida:

☐ Alta ☐ Alta a pedido ☐ Transf. ☐ Evasão ☐ Óbito

Data/Hora:

Catimbo/Assinatura do médico

PRESCRIÇÃO COMPLEMENTAR		
HORA	PROCEDIMENTO	ENF.

MÉDICO PLANTONISTA

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

ENFERMEIRO(A)

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM
<p>16: Realizado acesso com gase 20 em HSC instalado SRO 250 ml com os aq. de Iprazidil e ad. os aq. de dipiro EV + O2 a pelo sonda tra EV</p>
<p>Remete do C. de Arquivo COREN-BA 256.871 - PE</p>

TEC. DE ENFERMAGEM

DESTINO DO PACIENTE		
DATA: ____/____/____	ALTA	TRANSFERÊNCIA
HORA: _____	<input type="checkbox"/> MELHORADO <input type="checkbox"/> INALTERADO <input type="checkbox"/> A PEDIDO (ANEXAR FORMULARIO)	<input type="checkbox"/> ARACAJU <input type="checkbox"/> ALAGOINHAS <input type="checkbox"/> ESTÂNCIA <input type="checkbox"/> SALVADOR <input type="checkbox"/> _____
<input type="checkbox"/> INTERNADO	EVASÃO: <input type="checkbox"/>	ÓBITO: <input type="checkbox"/>



ATENDIMENTO: 07738971
IDADE: 20 A 3 M 4 D SEXO: M
UNIDADE/LEITO: AMBULATÓRIO
CONVÊNIO: SUS - AMBULATÓRIO

PACIENTE: 0001959833 - CAROLANDO SOUZA DOS SANTOS
MÉDICO: DANIEL CARDOSO CAVALCANTE GUERRA
IMPRESSÃO: 23/09/2019 12:49
PÁGINA: 1

RELATÓRIO MÉDICO

RELATÓRIO MÉDICO:

1) TRAUMA A NÍVEL DE PELE/TECIDO CELULAR SUBCUTANEO EM PÉ ESQUERDO SEC TRAUMA (PACIENTE RELATA ACIDENTE DE MOTOCICLETA)

PACIENTE COM HISTÓRIA DE ACIDENTE DE MOTOCICLETA NA LOCALIDADE DE RIO REAL-BA COM TRAUMA EM PÉ ESQUERDO. RELATA TER RECEBIDO PRIMEIRO ATENDIMENTO EM POSTO DE SAÚDE LOCAL, SENDO SUBMETIDO A RÁFIA DA LESÃO.

RETORNA PARA CONSULTA DE REVISÃO, APÓS INTERNAMENTO PRÉVIO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR, ONDE FOI REALIZADO CUIDADOS LOCAIS COM FERIDA (ANTIBIOTICOTERAPIA VENOSA E CURATIVO LOCAL COM DEBRIDANTE QUÍMICO).
PACIENTE REFERE ESTAR EVOLUINDO BEM
REALIZANDO CURATIVO DIÁRIO COM IRUXOL E DERSANE

AO EXAME FÍSICO
FERIMENTO EM BOM ASPECTO, PROGRESSIVA CICATRIZAÇÃO, GRANULANDO EM LEITO, EXCETO POR PEQUENA ÁREA EM BORDA LATERAL COM FIBRINA
MOTOR E SENSITIVO PRESERVADO

NO MOMENTO, EM ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL COM CIRURGIA GERAL, SENDO ORIENTADO A MANTER CUIDADOS LOCAIS COM FERIMENTO

CID 10: S80

Dr. Daniel Cardoso C. Guerra
Cirurgião Geral
CRM-BA: 27591

DATA/HORA

23/09/2019 12:49

PROFISSIONAL

CRM - BA: 27591 - DANIEL CARDOSO CAVALCANTE GUERRA



ATENDIMENTO: 07685018
IDADE: 20 A 2 M 19 D SEXO: M
UNIDADE/LEITO: INTERNAÇÃO ADULTO SUCUPIRA-50-SUC-C
CONVÊNIO: SUS - INTERNAÇÃO

PACIENTE: 0001959833 - CARILANDO SOUZA DOS SANTOS
MÉDICO: ANDRE GUSMAO CUNHA

IMPRESSÃO: 07/09/2019 08:14
PÁGINA: 1

RELATÓRIO MÉDICO DE ALTA HOSPITALAR

DATA E HORA DA INTERNAÇÃO: 02/09/2019 14:20 PESO: 0 Kg

DATA E HORA DA ALTA: 07/09/2019 08:10

CID PRINCIPAL: L929 - AFECCOES GRANULOMATOSAS DA PELE E DO TECIDO SUBCUTANEO, NAO ESPECIFICADOS

CID SECUNDÁRIO 1:

CID SECUNDÁRIO 2:

CID SECUNDÁRIO 3:

HISTÓRIA CLÍNICA / EVOLUÇÃO

1) FERIMENTO INFECTADO EM PÉ ESQUERDO SEC TRAUMA

PACIENTE EVOLUI CLÍNICA E HEMODINAMICAMENTE ESTÁVEL EM LEITO, CONFORTÁVEL EM AA, ACEITANDO BEM A DIETA ORAL, NEGA FEBRE, NAUSEAS OU VÔMITOS. DEAMBULA SEM DIFICULDADE, COM POUCA LIMITAÇÃO EM FLEXÃO/EXTENSÃO A NÍVEL DE TORNOZELO ESQUERDO.

LOTE, VIGIL, ACIANÓTICO, ANICTÉRICO, EUPNEICO
EXT: LESÃO ULCERADA EM PÉ ESQUERDO, COM EPIDERMOLISE EM BORDA E FIBRINA EM REGIÃO MEDIAL, PRESENÇA DE SINAIS FLOGÍSTICOS EM MELHORA. MOTOR E SENSITIVO PRESERVADO

PROCEDIMENTOS

RESULTADOS EXAMES

PRESCRIÇÃO / ORIENTAÇÃO PÓS ALTA

1. Caminhar mas evitar esforço físico.
2. Fazer uso das medicações prescritas.
3. Manter medicações de uso habitual.
4. Lavar ferida operatória com água e sabão + curativo diário com Irurol
5. Retornar para consulta de revisão no Ambulatório de Cirurgia Geral no Hospital Municipal de Salvador, conforme data pre-definida em agendamento na recepção, com este relatório em mãos.
6. Aos fins de semana e feriado, agendar retorno para consulta de revisão pós operatória pelo telefone 3202-3662 ou 3202-3594
7. Aos fins de semana e feriado, agendar retorno para consulta de revisão pós operatória pelo telefone 3202-3662 ou 3202-3594

RETORNAR

PERÍODO: 23/09/19

PACIENTE ENTÃO

EM MELHORIA CLÍNICA E HEMODINAMICAMENTE ESTÁVEL

EM MELHORIA CLÍNICA E HEMODINAMICAMENTE ESTÁVEL

EM MELHORIA CLÍNICA E HEMODINAMICAMENTE ESTÁVEL

EM MELHORIA CLÍNICA E HEMODINAMICAMENTE ESTÁVEL

EM MELHORIA CLÍNICA E HEMODINAMICAMENTE ESTÁVEL

EM MELHORIA CLÍNICA E HEMODINAMICAMENTE ESTÁVEL

LOCAL:

Ambulatório de Cirurgia Geral no Hospital Municipal de Salvador

Dr. Daniel Cardoso C. Guerra
CRM-BR: 27591

ATENDIMENTO: 07685018
IDADE: 20 A 2 M 19 D **SEXO:** M
UNIDADE/LEITO: INTERNAÇÃO ADULTO SUCUPIRA-50-SUC-C
CONVÊNIO: SUS - INTERNAÇÃO

PACIENTE: 0001959833 - CAROLANDO SOUZA DOS SANTOS
MÉDICO: ANDRE GUSMAO CUNHA

IMPRESSÃO: 07/09/2019 08:14
PÁGINA: 2

5) OUTROS DISPOSITIVOS

TIPOS

- ☐ PICC PORTOCATH
☐ MARCAPASSO
☐ TRAQUEOSTOMIA
☐ OUTROS

ORIENTAÇÕES GERAIS

- ☐ OBSERVAR O APARECIMENTO DE SECREÇÃO E/OU VERMELHIDÃO NO LOCAL DA INSERÇÃO
☐ OUTROS

PICC / PORTOCATH

- ☐ DIRIGIR-SE A UNIDADE DE REFERÊNCIA PARA TRATAMENTO ONCOLÓGICO PARA HEPARINIZAR CATETER MENSALMENTE E SE NECESSÁRIO
☐ OUTROS

MARCAPASSO

- ☐ MANTER CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO EM MÃOS
☐ EVITAR LOCAIS DE CAMPO MAGNÉTICO
☐ MANTER CICATRIZ DA INCISÃO LIMPA E SECA. NÃO EXPOR AO SOL.

TRAQUEOSTOMIA

- ☐ REALIZAR ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO SE NECESSÁRIO E ATENTAR PARA O ASPECTO DA SECREÇÃO
☐ REALIZAR LIMPEZA NO LOCAL/CURATIVO EVITANDO O ACÚMULO DE SUJIDADE
☐ TROCAR FIXAÇÃO QUANDO NECESSÁRIO

6) CUIDADOS COM A PELE

☒ NÃO SE APLICA

LESÕES ☐ NÃO ☐ SIM

OUTRAS ORIENTAÇÕES

- ☐ MANTER O CURATIVO OU CICATRIZ DA INCISÃO CIRÚRGICA LIMPO E SECO
☐ NÃO EXPOR A CICATRIZ AO SOL
☐ OUTROS

☒ NÃO SE APLICA

7) CUIDADOS COM OS PÉS

- ☐ INSPECIONAR OS PÉS DIARIAMENTE
☐ APARAR UNHAS EVITANDO CORTAR OS CANTOS
☐ SECAR BEM OS PÉS ENTRE OS DEDOS
☐ EVITAR O USO DE SAPATOS APERTADOS
☐ MANTER PELE HIDRATADA COM
☐ OUTROS

8) OUTRAS ORIENTAÇÕES PARA ALTA HOSPITALAR

- ☐ TROCAR FIXAÇÃO QUANDO NECESSÁRIO

9) CUIDADOS COM A PELE

LESÕES ☐ NÃO ☐ SIM

OUTRAS ORIENTAÇÕES

- ☐ MANTER O CURATIVO OU CICATRIZ DA INCISÃO CIRÚRGICA LIMPO E SECO
☐ NÃO EXPOR A CICATRIZ AO SOL
☐ OUTROS

7) CUIDADOS COM OS PÉS

- ☐ INSPECIONAR OS PÉS DIARIAMENTE

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS:

Data do Pedido: 03 de Setembro de 2019
Nome: CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS
Nome Mãe: SOLANGE DE JESUS SOUZA
Setor: ENF. ADULTO SUCUPIRA
Médico: FILIPE PONTE DE SOUZA
Nº Pedido: 1016780
Identidade: 2029150690 SSP-BA

Laudado impresso em: 08:12
Liberado: 03/09/2019 14:09
DN: 19/06/1999 20a 2m 19d
Prontuário: 1959833
Convênio: SUS - INTERNAÇÃO
Atendimento: 7685018

CREATININA SÉRICA

0,98 mg/dL

V.R.:

Mulher: 0.57 a 1.11 mg/dL

Homem: 0.72 a 1.25 mg/dL

Método: Jaffe Modificado

Material: SORO

Data/Hora da Coleta: 03/09/2019 12:06

Data/Hora da liberação: 03/09/2019 14:09

DOSAGEM DE UREIA

41 mg/dL

V.R.: 15 - 56 mg/dL

Método: Azoto Uréico

Material: SORO

Data/Hora da Coleta: 03/09/2019 12:06

Data/Hora da liberação: 03/09/2019 14:09

Responsável Técnico do Hospital: Thayse Cristina Barreto Tavares de Souza, CRM: 15.204

Exames processados em NTO terceirizado, a responsabilidade é da técnica bioquímica Eliane Debortoli de Carvalho - CRF: 5476

Hospital Municipal de Salvador - HMS

Via Coletora B - Cajazeiras, Salvador - BA CEP: 41505-015 - Tel: 22092343

Data do Pedido: 03 de Setembro de 2019
Nome: CAROLANDO SOUZA DOS SANTOS
Nome Mãe: SOLANGE DE JESUS SOUZA
Setor: ENF. ADULTO SUCUPIRA
Médico: FILIPE PONTE DE SOUZA
Nº Pedido: 1016780
Idade: 2029150690 SSP-BA

Lauda Impresso em: 08:12
Liberado: 03/09/2019 12:39
DN: 19/06/1999 20a 2m 19d
Prontuário: 1959833
Convênio: SUS - INTERNAÇÃO
Atendimento: 7685018

HEMOGRAMA COMPLETO:

Método: Contagem automatizada POR CITOMETRIA DE FLUXO.
ERITROGRAMA:

Hemácias	5,06	milhões/mm ³	4,50
Hemoglobina	15,80	g/dL	13,50
Hematócrito	49,3	%	41,0
VCM	97,5	fL	80,0
HCM	31,2	pg	25,0
CHCM	31,9	g/dL	31,0
RDW	11,50	%	11,70

VALORES DE REFERÊNCIA

5,90
17,50
53,0
100,0
35,0
37,0
15,00

VALORES DE REFERÊNCIA

LEUCOGRAMA:

Leucócitos Global.....	6210	/mm ³	4500	11000
%	#			
Promielócitos	0,00	0	0,00	0,00
Mielócitos	0,00	0	0,00	0,00
Basófilos	0,6	37	0,0	1,0
Blastos	0,00	0	0,00	0,00
Metamielócitos	0,0	0	0,0	0,0
Bastões	0,0	0	0,0	4,0
Neutrófilos	49,2	3055	45,5	73,5
Eosinófilos	10,7	664	0,0	4,0
Linfócito Típicos	33,40	2074	20,30	47,00
Linfócito Atípicos	0,00	0	0,00	0,00
Monócitos	6,1	379	2,0	10,0

CONTAGEM DE PLAQUETAS..... 242 X mil /mm³

V.R. De: 150 a 500 X mil /mm³

Data/Hora da coleta: 03/09/2019 12:06

Data/Hora da liberação: 03/09/2019 12:39

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Resposta

Responsável Técnico do Hospital: Thayse Cristina Barreto Tavares de Souza, CRM: 15.204
Exames processados em NTO terceirizado, a responsabilidade é da técnica bioquímica Ellane Debortoli de Carvalho - CRF: 5476

Hospital Municipal de Salvador - HMS
Via Coletora B - Cajazeiras, Salvador - BA CEP: 41505-015 - Tel: 22092343



ATENDIMENTO: 07685018
IDADE: 20 A 2 M 19 D SEXO: M
UNIDADE/LEITO: INTERNAÇÃO ADULTO SUCUPIRA-50-SUC-C
CONVÊNIO: SUS - INTERNAÇÃO

PACIENTE: 0001959833 - CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS
MÉDICO: ANDRE GUSMÃO CUNHA

IMPRESSÃO: 07/09/2019 08:10
PÁGINA: 1

SALVADOR

Sábado, 07 de Setembro de 2019

PARA: CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

- Ciprofloxacino 500mg-----20 comprimidos *or*
Uso: Tomar 1 comprimido, via oral, 12/12 horas por 10 dias

• Clindamicina 300mg-----80 comprimidos
Uso: Tomar 2 comprimidos, via oral, 6/6h, por 10 dias

FARMÁCIA BÁSICA	
DISPENSADO EM	09.09.19
MEDICAMENTO	<i>clind</i>
MEDICAMENTO	
REC.	

CRM - BA: 27591 DANIEL CARDOSO CAVALCANTE GUERRA

[Handwritten signature]
Dr. Daniel Cardoso Cavalcante Guerra
CRM - BA: 27591

12 - HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR



ATENDIMENTO: 07685018
IDADE: 20 A 2 M 19 D SEXO: M
UNIDADE/LEITO: INTERNAÇÃO ADULTO SUCUPIRA-50-SUC-C
CONVÊNIO: SUS - INTERNAÇÃO

PACIENTE: 0001959833 - CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS
MÉDICO: ANDRE GUSMAO CUNHA

IMPRESSÃO: 07/09/2019 08:10
PÁGINA: 1

SALVADOR

Sábado, 07 de Setembro de 2019

PARA: CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

- Ciprofloxacino 500mg-----20 comprimidos
Uso: Tomar 1 comprimido, via oral, 12/12 horas por 10 dias
- Clindamicina 300mg-----80 comprimidos
Uso: Tomar 2 comprimidos, via oral, 6/6h, por 10 dias

CRM - BA: 27591 DANIEL CARDOSO CAVALCANTE GUERRA

Dr. Daniel Cardoso C. Guerra
CRM-Ba: 27591

12 - HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR



ATENDIMENTO: 07685018

IDADE: 20 A 2 M 19 D SEXO: M

UNIDADE/LEITO: INTERNAÇÃO ADULTO SUCUPIRA-50-SUC-C

CONVÊNIO: SUS - INTERNAÇÃO

PACIENTE: 0001959833 - CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

MÉDICO: ANDRE GUSMAO CUNHA

IMPRESSÃO: 07/09/2019 08:09

PÁGINA: 1

8/9

SALVADOR

Sábado, 07 de Setembro de 2019

PARA: CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

- Dipirona 1g -----1 caixa

Uso: Tomar 1 comprimido, via oral, 6/6 horas, se dor ou febre

- Paco 500mg/30mg-----1 caixa

Uso: Tomar 1 comprimido, via oral, 8/8 horas, se dor não ceder com Dipirona

- Irurol pomada-----2 bisnagas

Uso: Topico. Aplicar em lesao, 1x/dia, apos limpeza diaria

CRM - BA: 27591 DANIEL CARDOSO CAVALCANTE GUERRA

Dr. Daniel Cardoso Cavalcante Guerra
Educação Geral
CRM-BA-27591

12 - HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR



ATENDIMENTO: 07685018

IDADE: 20 A 2 M 19 D SEXO: M

UNIDADE/LEITO: INTERNAÇÃO ADULTO SUCUPIRA-50-SUC-C

CONVÊNIO: SUS - INTERNAÇÃO

PACIENTE: 0001959833 - CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

MÉDICO: ANDRE GUSMÃO CUNHA

IMPRESSÃO: 07/09/2019 08:09

PÁGINA: 1

828

SALVADOR

Sábado, 07 de Setembro de 2019

PARA: CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

- Dipirona 1g ----- 1 caixa
Uso: Tomar 1 comprimido, via oral, 6/6 horas, se dor ou febre
- Paco 500mg/30mg ----- 1 caixa
Uso: Tomar 1 comprimido, via oral, 8/8 horas, se dor não ceder com Dipirona
- Irurol pomada ----- 2 bisnagas
Uso: Tópico. Aplicar em lesão, 1x/dia, após limpeza diária

CRM - BA: 27591 DANIEL CARDOSO CAVALCANTE GUERRA

Dr. Daniel Cardoso C. Guerra
Cirurgião Geral
CRM-Ba: 27591

12 - HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR

VEREADOR ZEZEU RIBEIRO - DISTRITO SANITARIO DE CAJAZEIRAS, Nº 0, BOCA DA MATA, SALVADOR-BA CEP:



ATENDIMENTO: 07685018

IDADE: 20 A 2 M 19 D SEXO: M

UNIDADE/LEITO: INTERNAÇÃO ADULTO SUCUPIRA-50-SUC-C

CONVÊNIO: SUS - INTERNAÇÃO

PACIENTE: 0001959833 - CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

MÉDICO: ANDRE GUSMAO CUNHA

IMPRESSÃO: 07/09/2019 08:07

PÁGINA: 1

DE ACORDO COM A LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949, ART. 6º, LETRA C), ATESTAMOS QUE O SR. (A):

CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

CARTEIRA DE IDENTIDADE DE NÚMERO 2029150690

ÓRGÃO EMISSOR

CPF NÚMERO 86513005574

FOI ATENDIDO NESTA UNIDADE DE SAÚDE PARA

TRATAMENTO MÉDICO, CLASSIFICADO COM O CID Nº Z540

E, DE ACORDO COM O QUADRO CLÍNICO, DE-

VERÁ FICAR AFASTADO DE SUAS ATIVIDADES DIÁRIAS DURANTE 20

DIAS, A PARTIR DE 02/09/2019

SALVADOR, Sábado, 07 de Setembro de 2019

CRM - BA: 27591

DANIEL CARDOSO CAVALCANTE GUERRA

[Handwritten signature]
Daniel Cardoso Cavalcante Guerra
CRM-BA 27591

12 - HOSPITAL MUNICIPAL DE SALVADOR

VEREADOR ZEZEU RIBEIRO - DISTRITO SANITÁRIO DE CAJAZEIRAS, Nº 0, BOCA DA MATA, SALVADOR-BA CEP:



ATENDIMENTO: 07685018
IDADE: 20 A 2 M 19 D **SEXO:** M
UNIDADE/LEITO: INTERNAÇÃO ADULTO SUCUPIRA-50-SUC-C
CONVÊNIO: SUS - INTERNAÇÃO

PACIENTE: 0001959833 - CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS
MÉDICO: ANDRE GUSMAO CUNHA

IMPRESSÃO: 07/09/2019 08:14
PÁGINA: 1

RELATÓRIO DE ALTA - ENFERMAGEM

DADOS DO PACIENTE:

DATA DE ADMISSÃO: 02/09/2019
DESTINO:

- ☒ DOMICÍLIO
☐ HOME CARE

ALTA: 07/09/2019
CONDIÇÃO DE SAÍDA:

- ☐ DEAMBULANDO
☒ CADEIRA DE RODAS
☐ MACA

GRAU DE DEPENDÊNCIA:

- ☒ INDEPENDENTE
☐ PARCIALMENTE DEPENDENTE
☐ DEPENDENTE

ORIENTAÇÕES FORNECIDAS A:

- ☒ PACIENTE
☐ RESPONSÁVEL: GRAU DE PARENTESCO

ORIENTAÇÕES PARA A ALTA HOSPITAL

1) ORIENTAÇÕES GERAIS

LAVAR AS MÃOS ANTES E APÓS

- ☒ ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS
☐ MANUSEIO DE DISPOSITIVOS
☐ REALIZAÇÃO DE CURATIVOS
☐ OUTROS

2) CUIDADOS NA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS

☐ NÃO SE APLICA

- ☒ LAVAR MÃOS ANTES E APÓS ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS
☐ ADMINISTRAR MEDICAMENTOS CONFORME APRAZAMENTO EM RECEITUÁRIO MÉDICO
☐ OUTROS

3) CUIDADOS NA APLICAÇÃO DE INSULINA

☒ NÃO SE APLICA

- ☐ GUARDAR A INSULINA DENTRO DA GELADEIRA SEMPRE LONGE DO CONGELADOR E ATENTAR PARA A DATA DE VALIDADE
☐ REALIZAR LIMPEZA DA ÁREA A SER ADMINISTRADA A INSULINA COM ALGODÃO E ALCOL
☐ LIMPAR A TAMPÃO DO FRASCO COM ALGODÃO E ALCOL ANTES DA ADMINISTRAÇÃO
☐ INJETAR A INSULINA SUAVEMENTE

4) DISPOSITIVOS EM USO NA ALTA HOSPITALAR

☒ NÃO SE APLICA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- ☐ EVITAR TRACIONAR (PUXAR A SONDA)
☐ REALIZAR LIMPEZA NO LOCAL / CURATIVO EVITANDO O ACÚMULO DE SUJIDADE
☐ OBSERVAR O APARECIMENTO DE SECREÇÃO E/OU VERMELHIDÃO NO LOCAL DA INSERÇÃO
☐ TROCAR FIXAÇÃO QUANDO NECESSÁRIO (SE: SUJIDADE, UMIDADE OU APRESENTAR-SE SOLTA) ATENTANDO PARA A MARCAÇÃO DA SONDA

ELIMINAÇÃO ☐ SONDA VESICAL DE FOLEY ☐ CISTOSTOMIA ☐ COLOSTOMIA

- ☐ TROCAR FIXAÇÃO QUANDO NECESSÁRIO (SE: SUJIDADE, UMIDADE OU APRESENTAR-SE SOLTA) ATENTANDO PARA A MARCAÇÃO DA SONDA
☐ ESVAZIAR BOLSA AO ATINGIR 2/3 DA SUA CAPACIDADE MÁXIMA
☐ MANTER A BOLSA ABAIXO DO NÍVEL DA CINTURA
☐ MANTER A PINÇA SEMPRE ABERTA
☐ OUTROS

ALIMENTAÇÃO ☐ SONDA NASOENTERAL ☐ GASTROSTOMIA

- ☐ LAVAR A SONDA ANTES E APÓS O USO DE MEDICAÇÕES / DIETA COM
☐ MANTER CABEÇA ELEVADA E LATERALIZADA ANTES E APÓS ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAÇÃO/DIETA
☐ EVITAR ADMINISTRAÇÃO RÁPIDA DE MEDICAÇÕES / DIETA
☐ OUTROS

ML DE ÁGUA FILTRADA OU FERVIDA

OUTROS

☒ NÃO SE APLICA

DATA/HORA

07/09/2019 08:13

PROFISSIONAL

COREN - BA: 453860 - MARAJANE NASCIMENTO SANTANA



GOVERNO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Receituário

Receituário Médico

0 Paciente Carolene
gore #2 dos Santos, ci-
dadã do dia 25-08-2019
teve trauma de pé
e tórax ceder sub-
cutâneo em pé esquerdo
submetido a Rafez de
Lesão SEQUELAS: FALTA DE
CICATRIZAÇÃO; SOCOM AGUDO
de Amelias, p/ deambular,
Perda de sustentação
central e subcutâneo em
grelha Extensão; DOR
INTENSA;

Alta definitiva:
29-11-2019

Helio César de Oliveira
Médico
CREMEB 11548
CREMSE 2519
2019

DECLARAÇÃO

Eu, CAMILA DOS SANTOS REIS, maior, brasileira, solteira, portadora do RG nº 50.106.729-2 SSP/SP e CPF nº: 078.833.745-60 domiciliada na Rua Travessa Brasília, nº 275, município de Rio Real - BA, declaro para os devidos fins de direito que MARCIO LIMA REIS, brasileiro, solteiro, falecido em 17 de outubro de 2017, assentado em Certidão de Óbito matrícula 006700 01 55 2017 4 00021 177 0008512 12, deixou como único documento de identificação a **Carteira de Identidade com Registro Geral nº 07633921 11 SSP/BA expedida em 20/09/2007**, tendo como documento de origem a CER-NAS CM-RIO REAL BA DST-SEDE L-A39 F-72V R 015433; consta ainda seu nome, **MARCIO LIMA REIS**, data de nascimento 19/02/1978, filiação: Edenesio Valentim dos Reis e Ivone Lima Reis, e CPF: 95872272553.

Rio Real - Bahia, 30 de Julho de 2018

Camila dos Santos Reis

Declarante



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600043

DATA:

13/01/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600043

DATA:

15/01/2020

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

Por isso, DECLARO a incompetência e DETERMINO A REMESSA dos autos a uma das Varas Cíveis da Comarca de domicílio do autor. Determino a BAIXA POR REDISTRIBUIÇÃO no SCP (Sistema de Controle Processual). Intimem-se. Aracaju/SE, 14 de janeiro de 2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600043 - Número Único: 0001200-71.2020.8.25.0001

Autor: CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

Réu: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

Movimento: Decisão >> Declaração >> Incompetência

Cls.

Trata-se de Ação de Cobrança proposta por **CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS** em face de **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**, na qual alega, em apertada síntese, que não recebeu o valor a título de indenização do seguro obrigatório.

Pois bem.

Ao compulsar detidamente os autos, verifico que a competência para o processamento e julgamento da presente demanda não é desta Vara de Acidentes e de Delitos de Trânsito.

A teor do que dispõe a Súmula 540 do STJ, "*na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu*".

Vê-se que a presente demanda não se enquadra em nenhuma dessas hipóteses. O domicílio do autor é em **Rio Real/BA**; o endereço daré é no **Rio de Janeiro/RJ**, ainda, foi em **Rio Real/BA** que se deu acidente de trânsito que ensejou a indenização do seguro obrigatório DPVAT.

Ora, na cobrança de seguro obrigatório, o autor tem a opção de ajuizar a ação no foro do lugar do fato, do seu domicílio ou do réu. Pelo que se depreende dos autos, o acidente mencionado na inicial ocorreu na cidade em que o autor reside.

No mais, tendo em vista que a ré tem **sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ**, deve-se observar os termos do art. 53, inc. III, alínea "a", do CPC, segundo o qual "*é competente o foro: (...) do lugar: a) onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica*". Outrossim, não é caso de aplicar o disposto no artigo 53, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil, por não se tratar de obrigação contraída pela sucursal da ré nesta Comarca de Aracaju/SE. É dizer, o ajuizamento da ação na comarca onde a seguradora requerida tem filial **não se enquadra nas hipóteses legais**, contrariando a orientação jurisprudencial sobre o tema.

Não se pode invocar, também, o art. 46 (demanda de natureza pessoal) pois o que se observa é o ajuizamento no foro do domicílio de uma das filiais da seguradora, enquanto o autor reside em **Rio Real/BA**, comarca bastante distante da capital sergipana.

E não se pode dizer que, por se tratar de competência relativa, não pode ser declinada de ofício, consoante a Súmula 33 do STJ que, no caso, não deve ter caráter absoluto pois, conquanto relativa, a determinação da competência não é livre, devendo a escolha se ater aos

fatores (no caso, domicílio do autor, do réu ou do local do acidente) que ligam uma causa a determinado órgão jurisdicional.

Ora, a liberdade da parte de ajuizar a demanda de acordo com os ditames processuais não se confunde com a “escolha do foro unicamente em função da filial”, especialmente quando a opção é prejudicial à administração da Justiça, ao exercício do direito de defesa do acionado (tendo em vista o local em que ocorreu o acidente automobilístico) e aos interesses do demandante hipossuficiente (domiciliado em distante cidade), que se veria obrigado a deslocar-se para comparecimento nesta comarca (no momento, por exemplo, de elaboração de laudo pericial).

Não se ignora que incompetência relativa deva ser arguida por meio de exceção, não podendo o Juiz decliná-la de ofício, segundo a Súmula 33 do STJ. ***Contudo, a questão que se apresenta é de manobra jurídica e evidente lesão à parte e ao jurisdicionado da Comarca (ante a sobrecarga desta unidade)***, o que possibilita, portanto, a flexibilização da norma contida na súmula citada, até porque a liberdade de escolha deve se ater às regras específicas, como já se disse, não podendo afrontar interesse público relevante.

Neste sentido:

"Conflito negativo de competência. Ação de cobrança de seguro DPVAT proposta em foro diverso do domicílio das partes e do local do acidente. Reconhecimento de ofício da incompetência territorial. Necessidade. Relativização do teor da Súmula 33, do STJ, quando proposta a ação em manifesto desacordo com as regras ordinárias de competência. Possibilidade, para preservação do princípio do juiz natural, da legislação processual e das normas de organização judiciária. Conflito julgado procedente para declarar a competência do Juízo suscitante." (TJSP. 0062035-74.2015.8.26.0000. Conflito de competência Relator(a): Salles Abreu (Pres. Seção de Direito Criminal); Comarca: Diadema; Órgão julgador: Câmara Especial; Data do julgamento: 15/02/2016; Data de registro: 17/02/2016).

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO (DPVAT). COMPETÊNCIA. 1. Na ação de cobrança de seguro obrigatório o autor tem a opção de ajuizar a ação no foro do lugar do fato, do seu domicílio ou do réu. Inteligência da Súmula nº 10, do TJ/SP. 2. E lícito ao magistrado declinar de ofício da competência territorial, se na distribuição do feito o autor deixou de observar qualquer uma das possibilidades que lhe faculta a lei. Decisão mantida. Recurso improvido” (TJSP, AI n.º 2060658-05.2013.8.26.0000, rel. Des. Felipe Ferreira, 26ª Câmara de Dir. Priv., J. em 18.12.2013)

“SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) -DEMANDA AJUIZADA NO LOCAL DO ESCRITÓRIO DOS PATRONOS DO AUTOR E UMA DAS FILIAIS DA RÉ MERA COMODIDADE - INCOMPETÊNCIA DECLÍNIO “EX OFFICIO” INTERESSE PÚBLICO -POSSIBILIDADE A questão que se apresenta é de que a escolha de foro não se ateve à regra legal, sobressaindo-se interesse do advogado com evidente lesão ao jurisdicionado da Comarca, que fica sobrecarregada, e à parte, o que possibilita, portanto, o exame da competência de ofício, diante do interesse público envolvido. Agravo não provido” (TJSP, AI n.º 2005530-97.2013.8.26.0000, rel. Des. José Malerbi, 35ª Câmara de Dir. Priv., J. em 05.08.2013)

EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - Acidente de Trânsito - DPVAT - Ação proposta no domicílio de uma agência da ré que não tem nenhuma ligação com o objeto da demanda - Não observância do art. 100, i. IV, alínea 'b' do CPC - Decisão mantida. RECURSO NÃO PROVIDO. (Agravo de Instrumento nº 0073088-23.2013.8.26.0000 36ª Câmara de Dir. Privado, Des. Renato Rangel Desinano, j. 16.05.2013).

*“Agravo de Instrumento. Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT. Ação proposta contra Seguradora integrante do pool no foro de uma de suas filiais, onde se encontra domiciliado o advogado do Autor. Competência relativa. **Exceção de incompetência acolhida, determinando a remessa dos autos para o foro do local do acidente. Admissibilidade.** As regras de fixação de competência visam atender o interesse das partes e não dos seus patronos. Interpretação do artigo 100, IV, a e parágrafo único, do CPC. Recurso desprovido.” (Agravo de Instrumento nº 0144886- 78.2012.8.26.0000, Rel. Pedro Baccarat, j. 09/08/2012).*

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Decisão que, de ofício, declarou a incompetência da Vara Cível de Assis - Em regra, a incompetência relativa não deve ser declarada de ofício, devendo ser provocada pelo réu - Ausência, no entanto, de ligação entre o foro em que foi proposta a ação e as partes, o pedido, e a causa de pedir - Ação proposta na Comarca de Assis única e exclusivamente por se tratar do escritório do advogado do autor - Possibilidade, neste caso, de declaração de incompetência relativa de ofício -RECURSO NÃO PROVIDO. (AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0260560-07.2012.8.26.0000 22ª Câ. de Direito Privado, Des. Fernandes Lobo, j. 07.03.2013).

Adoutrina, ao manifestar-se sobre o assunto, aponta ainda afronta ao princípio do Juiz Natural ante a evidente “escolha do Juízo”. Isto porque há possibilidade de ingresso da ação em qualquer localidade, o que poderia acarretar a escolha do Juízo, eis que várias são as filias das seguradoras do consórcio DPVAT espalhadas por diversos municípios.

Assim, apesar da competência territorial ser relativa, conforme acima já explanado, não se pode permitir afronta ao princípio do Juiz natural, de modo que a parte possa escolher a unidade em que pretende litigar. Ora, está superada a figura do “juiz passivo”, visto apenas como a “boca da lei”, cabendo agora um papel ativo, interpretando a lei segundo os princípios e normas constitucionais. Não se pode, assim, fechar os olhos para manobras processuais, cuja única finalidade é burlar a competência instituída na legislação.

Para Diego Jardim Feitosa (*in*FEITOSA, Diego Jardim. *Comentários a Súmula nº 540, do STJ, e a afronta ao princípio do juiz natural Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 09 out 2019.*

D i s p o n í v e l e m :

<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50399/comentarios-a-sumula-no-540-do-stj-e> Acesso em: 09 out 2019), “a escolha do juízo, em alguns casos, se torna por demais evidente. Constata-se que o autor é de uma cidade, o acidente ocorreu em outra, porém o ingresso da ação se deu em uma terceira. Não se sabe, nessa senda, se a escolha se deu **por causa do entendimento do Juiz, pela celeridade da unidade judiciária ou se por comodidade do escritório de advocacia**” – grifei.

Situações como essa vem acontecendo frequentemente, existindo decisões, como as acima transcritas, que buscam coibir tais atos. Assim, a questão vai muito além de “competência ou incompetência relativa”, mas se trata de ofensa aos princípios da Legalidade e do Juiz Natural, pois demonstra a escolha, pela parte autora, do juízo “que melhor lhe convém”, ao arrepio das normas que estabelecem a divisão da prestação jurisdicional.

Ora, observando-se a “regra” utilizada pelo autor, praticamente todas as comarcas do país seriam competentes, ante a diversidade de filiais da seguradora requerida.

De outra banda, a Lei Complementar nº 274/2016, que alterou o Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, ao dispor sobre a competência desta Unidade Jurisdicional, assim determina:

*“15) compete à Vara de Acidentes e de Delitos de Trânsito processar e julgar as causas cíveis e as causas cíveis de menor complexidade definidas na Lei dos Juizados Especiais, **que envolvam danos materiais e morais decorrentes de acidentes de trânsito, isolados ou cumulativamente, bem como ações que envolvam contratos de seguro referente a veículos terrestres, e ainda seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, excetuadas as de competência das varas da infância e da juventude, fazenda pública, execução fiscal, falência e recuperação judicial, acidente de trabalho, do Juizado da Fazenda Pública e de qualquer outra vara especializada; e processar e julgar as infrações penais previstas na legislação de trânsito, ressalvada a competência de outra Vara em crimes conexos e do procedimento criminal de Juizado Especial, e cumprir as cartas precatórias de sua competência cível e criminal.***

Apesar de aparentemente se encaixar no rol de competências desta Vara, eis que tem como pedido a complementação de seguro DPVAT, não se obedeceu a competência de foro, como já dito.

A questão vai adiante: quando o item 15 do anexo afirma que a Vara de Acidentes e de Delitos de Trânsito é competente para *“processar e julgar as causas cíveis e as causas cíveis de menor complexidade definidas na Lei dos Juizados Especiais, que envolvam danos materiais e morais decorrentes de acidentes de trânsito, isolados ou cumulativamente, bem como ações que envolvam contratos de seguro referente a veículos terrestres”* está ***implicitamente entendido que são causas que devem tramitar no foroda Comarca de Aracaju. Ora, do contrário, poderíamos dizer que a Vara de Trânsito de Aracaju seria competente para julgar qualquer ação*** (um acidente de trânsito ocorrido em Propriá/SE, por exemplo, deveria obrigatoriamente ser julgado pela Vara de Trânsito, o que não é verdade...). Isto porque deve-se levar em consideração ***o conceito de foro competente, depois a Vara competente e assim sucessivamente.***

O agigantamento do volume de ações contra as seguradoras do consórcio DPVAT ajuizadas nesta Unidade quando, em verdade, devem tramitar em outro Juízo, acaba por prejudicar a Justiça local e os Jurisdicionados desta comarca.

A divisão de competência como apresentado na Lei Orgânica do Tribunal serve dentro dos limites do foro/comarca, não abarcando matérias de outra circunscrição pois, do contrário, poderíamos alegar que a Vara de Trânsito é competente para apreciar ações que versam sobre acidentes de trânsito (ou DPVAT, ou delitos de trânsito etc.) de todo o País. Evidentemente, não. ***A divisão, repita-se, serve para o foro de Aracaju/SE.***

Por isso, DECLARO a incompetência e DETERMINO A REMESSA dos autos a uma das Varas Cíveis da Comarca de domicílio do autor.

Determino a BAIXA POR REDISTRIBUIÇÃO no SCP (Sistema de Controle Processual).

Intimem-se.

Aracaju/SE, 14 de janeiro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO RODRIGUES NETO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 15/01/2020, às 09:05:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000069967-16**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600043

DATA:

15/01/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando decurso de prazo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600043

DATA:

31/01/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Apelação realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: RUDSON FILGUEIRAS BARBOSA - 5958}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTE E
DELITOS DE TRANSITO DA COMARCA DE ARACAJU - SE.**

Processo nº 202040600043
Autor: Cariolando Souza dos Santos
Réu: Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A.

Cariolando Souza dos Santos, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, que move em face do **Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A.**, também outrora já qualificados nos mesmos autos, por seu procurador regularmente constituído nos termos do instrumento de mandato incluso, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar suas **CONTRA-RAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO**, interpostos pela Ré, a fim de que, após os trâmites de estilo, acaso admitido o recurso, seja encaminhado ao Excelso Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

Aracaju, 31 de janeiro de 2020.

Rudson Filgueiras Barbosa
OAB/BA 34.483

RAZÕES DO RECURSO

Processo nº 202040600043

Autor: Cariolando Souza dos Santos

Réu: Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A.

Origem: Vara de Acidente e Delitos de Transito da Comarca de Aracaju - Se

Ação Indenizatória. Cobrança Seguro DPVAT. Competência Territorial. Súmula 33 do STJ. Impossibilidade de Julgamento "ex officio". Réu com Sede na Comarca. Opção do Consumidor na escolha do Foro. DPVAT aplicação da Sumula 540 do STJ. Art. 75, §1º do CC e Art. 53, III, b' do CPC. Sentença que Objetiva Contenção de Demanda. Restrição do Direito de Acesso a Justiça. Violação do Princípio da Inafastabilidade de Jurisdição. Violação Constitucional.

**Egrégio Tribunal,
Ínclito Julgadores.**

A sentença recorrida merece sofrer reforma, posto que proferida em desacordo preceitos legais, violando Súmula do STJ e Legislação Processual Civil e Consumerista, bem como direito fundamental constitucional conforme seguir será demonstrado.

I - DA TEMPESTIVIDADE

A Sentença foi prolatada em 15/01/2020 (durante recesso), ainda não foi publicada, porquanto tempestivo o presente recurso.

DA SINOPSE FÁTICA

O Apelante impetrou demanda indenizatória buscando receber indenização securitária ante ao acidente de transito sofrido e sequelas resultantes (seguro DPVAT).

Sobreveio julgamento antecipado reconhecendo, “ex officio”, a incompetência territorial e declinando-a para Comarca de domicílio do Apelante.

DAS RAZÕES

A determinação da competência no caso em tela é regida em razão da territorialidade, pelo que **não se faz possível reconhecimento “ex officio” da incompetência, a qual fora assim decretada, conforme inteligência da Súmula 33 do STJ.**

Seguindo, as regras especiais atribuem direito de opção ao segurado/sinistrado entre a comarca de seu domicílio, do local do fato ou ainda a comarca do domicílio do réu.

Conforme art. 75, §1º do Código Civil, quanto á pessoa jurídica de direito privado, quando possuir mais de estabelecimento, que é o caso da Ré, cada um dele será considerado domicilio para os atos nele praticados.

Ainda mais especifico o regramento e especial a aplicar ao caso em tela é a Súmula 540 do STJ, segundo a qual assiste ao Apelante o direito de opção na escolha do foro de processamento do feito. Também o art. 53, III, b’ do CPC e as demais regras aplicável ao consumidor atribui direito ao Apelante de optar por demandar em Comarca da sede da Apelada que se encontra,

também, na Cidade de Aracajú (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica em anexo à exordial).

Pelo exposto são inúmeras as razões legais para reconhecimento da Competência Territorial optada pelo Apelante, seja em razão da relação de consumo e assim exercendo o direito de demandar na Comarca do Réu, seja por força do direito ao aplicar a Súmula 540 do STJ, seja por força da lei civil ou processual civil que aponta competência para o lugar onde se acha a agência ou sucursal do réu, quanto às obrigações que a pessoa jurídica contraiu.

Cabe atenção que a demanda fora intentada contra a reguladora CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S.A cabendo à escolha do foro de competência ao Apelante em razão desta Apelada e não em razão da e SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Outra questão nodal apta a provocar reforma do julgado é o declínio de competência “*ex officio*”, o qual não é possível quando se discute competência relativa como é o caso da competência territorial afirmada na r. sentença. Quanto ao tema assim aponta a Súmula 33 do STJ:

SÚMULA 33 -

A INCOMPETENCIA RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE OFÍCIO.

Data da Publicação - DJ 29.10.1991 p. 15312

Brilhante julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará assim ementou recentemente sobre o tema que se mostra pacífico na jurisprudência:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO.
**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.
DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL
DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE.
INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 33 DO STJ.
SEGURADORA COM FILIAL NA COMARCA DE**

FORTALEZA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N° 540 DO STJ. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 53, III, B, DO CPC/2015.

COMPETÊNCIA DA 34ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA AÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA REFORMADA. 1. A insurgência cinge-se sobre dois pontos: i) se é possível o declínio de competência territorial de ofício pelo magistrado; ii) se há incompetência territorial no presente caso; 2. A competência sobre a qual se pronuncia o magistrado de origem, na decisão interlocutória recorrida, é territorial, de competência relativa, não se admitindo, portanto, a declaração de incompetência de ofício. Assim, assiste razão à agravante no que diz respeito à impossibilidade de declínio de competência territorial de ofício. É o que se depreende da súmula n° 33 do STJ que assim dispõe: "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício"; 3. A parte autora da ação de cobrança de seguro DPVAT tem três opções de escolha para o lugar de interposição da ação, quais sejam: o foro do seu domicílio, o foro do local do acidente ou o foro do domicílio do réu. In casu, o agravante ingressou com a Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório (DPVAT) no município de Fortaleza/CE. Tal foro difere do domicílio do agravante e do local do acidente, no entanto, coincide com o domicílio de filial da seguradora acionada, ora agravada, o que é plenamente possível nos termos do art. 53, III, b, do CPC/2015; 4. Em relação à possibilidade de tramitação da ação no foro do réu, sabe-se que a norma reitora do seguro DPVAT criou um grupo de seguradoras, com suas filiais que, sendo acionadas, possuem a obrigação de efetuar o pagamento, havendo, aliás, filial/sucursal da seguradora acionada na cidade de Fortaleza; 5. Competência do Juízo da 34ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza para processar e julgar os autos do processo n° 0121800-91.2016.8.06.0001; 6. Agravo de Instrumento conhecido e PROVIDO. Decisão interlocutória reformada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento N° 0622810-19.2016.8.06.0000, em que é agravante Janaína Mesquita Lins e agravadas DPVAT - Marítima Seguros S.A e DPVAT - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. ACORDAM os Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Privado deste e. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso, para DAR-LHE PROVIMENTO, reformando a decisão interlocutória agravada, nos termos do voto do eminente Relator. Fortaleza, 22 de maio de 2019. Des. Maria Vilauba Fausto Lopes Presidente do Órgão Julgador Des. Sérgio Luiz Arruda Parente Relator

(TJ-CE - AI: 06228101920168060000 CE
0622810-19.2016.8.06.0000, Relator: SERGIO
LUIZ ARRUDA PARENTE, Data de Julgamento:
22/05/2019, 3ª Câmara Direito Privado,
Data de Publicação: 22/05/2019) (grifei)

Assim, na r. sentença o Magistrado afirma o dever de ser observado o art. 53 do CPC, aplica o seu inciso III, a' (regra geral de competência em razão do lugar), quando o correto seria aplicar a alínea b' do mesmo dispositivo (regra especial em razão do lugar), deixando de observar que a demanda versa sobre "obrigação contraída pela pessoa jurídica", de forma que pode ser promovida ação em Comarca onde se encontra sua agência ou sucursal.

Ora, se busca o Apelante pagamento de seguro oriundo de contrato no qual a pessoa jurídica contraiu obrigação, deve ser então aplicado o art. 53, III, b' do CPC, sendo competente o foro onde se achar agência ou sucursal da empresa.

Neste particular a jurisprudência admite a propositura da ação em sede de filial (sucursal) ao considerar que todas as seguradoras e suas filiais integram um grupo criado por lei e portanto possuem obrigação de realizar o pagamento, quando demandadas assim como responder por elas.

(Precedentes: TJ-CE - AI: 06262164820168060000 CE 0626216-48.2016.8.06.0000, Relator: MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES, 3ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 24/07/2017)

A intenção da Lei, sua interpretação (jurisprudência), buscou unicamente facilitar o acesso à justiça ao segurado, principalmente ante a inexistência de prejuízos ao grupo de Seguradoras (Lider) e suas reguladoras, vez que presentes em inúmeras Comarcas com grande facilidade de responder o feito sem prejuízo algum.

Assim, ao apresentar sua fundamentação, o Nobre Julgador aponta legislação a ser aplicada que claramente garante direito ao segurado de demandar em foro de domicílio da seguradora e suas agências e sucursais, pois obvia a obrigação contratual que se vinculou a seguradora. Mas, no dispositivo interpreta de forma contrario ao entendimento jurisprudencial e intenção da lei ora pacificado, sendo contraditório e contrario aos mandamentos legais e precedentes.

(...).

3. Em razão da função nitidamente social do seguro DPVAT, de dar amparo à vítima de acidente de trânsito, na obtenção de seu direito, deve lhe ser oportunizada a possibilidade de escolha entre os foros apontados, quer no inciso V, do art. 53 do CPC/15, quer na regra geral do art. 46, do mesmo codex.

4. Em relação à possibilidade de tramitação da ação no foro do réu, sabe-se que a norma reitora do seguro DPVAT criou um grupo de seguradoras, com suas filiais que, sendo acionadas, possuem a obrigação de efetuar o pagamento, havendo, aliás, filial da seguradora acionada na cidade de Fortaleza

5. Agravo conhecido e provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que litigam as partes, acima nominadas, ACORDA, a TURMA JULGADORA DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, por UNANIMIDADE, em CONHECER DO RECURSO, PARA PROVÊ-LO, tudo nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão. DESEMBARGADORA MARIA VILAUFAUSTO LOPES Relatora.

(Precedentes: TJ-CE - AI: 06262164820168060000 CE 0626216-48.2016.8.06.0000, Relator: MARIA VILAUFAUSTO LOPES, 3ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 24/07/2017) (grifei)

Deve ainda ser reconhecida a especialidade deste Juízo para promoção das ações que versem sobre acidentes e delitos de trânsito como no caso em baila, sendo mais uma razão para reconhecimento de sua competência nesse caso em razão da matéria que equivocadamente interpreta o Julgador o dispositivo da Lei complementar nº 274/2016 com óbvia intenção de conter demanda direcionando interpretação diversa da expressão da lei.

15) compete à Vara de Acidentes e de Delitos de Trânsito processar e julgar as causas cíveis e as causas cíveis de menor complexidade definidas na Lei dos Juizados Especiais, que envolvam danos materiais e morais decorrentes de acidentes de trânsito, isolados ou cumulativamente, bem como ações que envolvam contratos de seguro referente a veículos terrestres, e ainda seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, excetuadas as de competência das varas da infância e da juventude, fazenda pública, execução fiscal, falência e recuperação judicial, acidente de trabalho, do Juizado da Fazenda Pública e de qualquer outra vara especializada; e processar e julgar as infrações penais previstas na legislação de trânsito, ressalvada a competência de outra Vara em crimes conexos e do procedimento criminal de Juizado Especial, e cumprir as cartas precatórias de sua competência cível e criminal..

Ora, pelo transcrito na Lei Complementar 274/2016 não cabe interpretação restritiva, posto que a literal satisfaz a “*mens legis*” ao afirmar categoricamente a competência da Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito para processar e julgar as “ações que envolvam contratos de seguro referente a veículos terrestres, e ainda seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre”, não apontando nenhuma exceção no dispositivo ou ao longo da Lei Complementar.

Se diverso for, que seja apontado o dispositivo que excetua a competência da Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito às demandas de “seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.”

Ainda consta a favor do Apelante o fato de a Vara Especializada possui maior experiência, pratica e estrutura para ofertar aos jurisdicionados atendimento eficiente, facilitado, em menor espaço de tempo e custos para as partes, atendendo ao ditames da celeridade e eficiência processual, guardando mais uma razão para a brilhante interpretação extensiva da atribuição de competência em demandas idênticas a constante em baila.

Quanto ao tema, aponta o Apelante, precedentes a servirem de paradigmas ao julgado, apontando o caminho a ser seguido por este Egrégio Tribunal:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - RENÚNCIA DO FORO - POSSIBILIDADE - **INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 540 DO STJ - AJUIZAMENTO DA DEMANDA NO LUGAR ONDE SE ENCONTRE A SEDE OU FILIAL DA RÉ - COMPETÊNCIA TERRITORIAL - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 33 DO STJ - DECISÃO REFORMADA.** - A ação de cobrança visando o recebimento de indenização referente ao seguro DPVAT, poderá ser ajuizada no foro do domicílio do autor ou do local em que se deu o sinistro (art. 100, parágrafo único, do CPC), bem como no lugar onde se encontre a sede ou filial da ré. (art. 94 c/c art. 100, inc. IV, alíneas a e b, ambos do CPC, e, súmula nº 540 do STJ). - Tratando-se de competência territorial, portanto, relativa, em regra, descabe ao juiz, ex officio, declinar da competência para o exame e julgamento do feito. (TJ-MG - AI: 10024143242857001 MG, Relator: Shirley Fenzi Bertão, Data de Julgamento: 15/02/0016, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/02/2016) (grifei)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE OS JUÍZOS DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELFORD ROXO E DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL. AÇÃO AJUIZADA NO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL. AUTORA QUE RESIDE EM BELFOR ROXO. DEMANDA FUNDADA EM RELAÇÃO DE CONSUMO. COMPETÊNCIA. APLICAÇÃO DA REGRA DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO ARTIGO 101, INCISO I DA LEI 8.078/90. CONSUMIDOR QUE TEM A OPÇÃO DE PROPOR A AÇÃO NO FORO DE SEU DOMICÍLIO, OU NO FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. SENDO O RÉU, PESSOA JURÍDICA, E OPTANDO O CONSUMIDOR PELO FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU, DEVE A AÇÃO SER PROPOSTA NO FORO DO LUGAR DE SUA SEDE OU DO LUGAR DE SUA AGÊNCIA, FILIAL OU SUCURSAL QUE TENHA RELAÇÃO COM OS FATOS DA CAUSA. EMPRESA RÉ QUE POSSUI AGÊNCIAS ESPALHADAS POR TODO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NÃO TENDO A PARTE AUTORA DEMONSTRADO QUE QUALQUER UMA DE SUAS FILIAIS NA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO TENHA RELAÇÃO COM OS FATOS DA CAUSA. PREVALÊNCIA, NA HIPÓTESE, DO DOMICÍLIO DA PARTE AUTORA CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. (TJ-RJ - CC: 00381525420198190000, Relator: Des(a). JDS RENATO LIMA CHARNAUX SERTA, Data de Julgamento: 05/09/2019, VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA CÍVEL) (grifei)

RECURSO ESPECIAL Nº 1.615.509 - SP (2016/0191510-9)
RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

RECORRENTE : EDUARDO RITA ADVOGADO : JOSÉ LUÍS POLEZI E OUTRO (S) - SP080348 RECORRIDO : YASUDA MARÍTIMA SEGUROS S.A ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M DECISÃO Trata-se de recurso especial, interposto por Eduardo Rita pelo artigo 105, III, a, da Constituição Federal, no qual se alega violação dos artigos 535, 94 e 100, IV, b, do revogado Código de Processo Civil, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, com a seguinte ementa: Seguro obrigatório (DPVAT). Ação de cobrança. Demanda proposta no foro da filial da ré seguradora. Exceção de incompetência acolhida. Situação processual excepcional. Peculiaridade da relação jurídica de seguro obrigatório, em que a liberdade de que dispõe o autor na escolha do foro onde irá demandar deve a ele beneficiar, e não a seu advogado ou à seguradora demandada. Regra de competência aplicável ao caso concreto é a estatuída no art. 100, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Decisão mantida. Agravo desprovido. Afirma que o acórdão estadual é omissivo e que é legítima a escolha pelo segurado do foro da ré para a cobrança da indenização devida pelo seguro obrigatório de veículos automotores. Assim delimitada a controvérsia, decido. O Tribunal local manteve a declinatória de foro ao fundamento de que sua escolha pelo autor "teve como única motivação a conveniência dos advogados ou das seguradoras" (e-STJ, fl. 97) e "que a liberdade de que dispõe o autor na escolha do foro onde irá demandar deve a ele beneficiar, e não a seu advogado ou à seguradora demandada." Esta Corte, todavia, firmou entendimento de que cabe ao autor escolher entre os foros do seu domicílio, da ré ou do local do acidente. A saber: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. (REsp 1357813/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/9/2013, DJe 24/9/2013) Não sendo, portanto, ilícita a escolha do foro em razão da conveniente atuação de seu advogado, não

há razão para a declinatória. Diante do exposto, conheço e dou provimento ao recurso especial para que o processo prossiga no juízo em que protocolada a demanda. Intimem-se. Brasília (DF), 21 de fevereiro de 2017. MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI Relatora

(STJ - REsp: 1615509 SP 2016/0191510-9, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Publicação: DJ 07/03/2017) (grifei)

DO PREQUESTIONAMENTO

De logo prequestiona a matéria ante a violação de Precedentes, Súmula do STJ (540) e legislação federal a ser aplicada, além da grosseira violação aos preceitos constitucionais quando ao livre e facilitado acesso a justiça que ora ver-se restringido pela presente sentença vergastada que busca unicamente contingenciar demanda.

DO REQUERIMENTO

Por tudo quanto fora exposto, requer, seja recebido e no mérito provido o presente Recurso de Apelação, para ao final sustar a v. sentença, declarando-se a competência do Juízo “a quo” para processamento e julgamento do feito, o qual deverá ser devolvido ao mesmo para tanto, pelas inúmeras razões acima esposadas.

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento

Aracaju, 31 de janeiro de 2020.

RUDSON FILGUEIRAS BARBOSA

OAB/SE 5.958

OAB/BA 34.483



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600043

DATA:

03/02/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que a parte autora apresentou Recurso de apelação, tempestivamente, em 31/01/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600043

DATA:

03/02/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600043

DATA:

10/02/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Clis. Considerando que, de acordo com o Código de Processo Civil, não há mais juízo de admissibilidade pelo órgão a quo (art. 1.010, §3º, CPC), determino as seguintes providências: 1. Interposto recurso de apelação, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.010, §1º, do CPC. 2. Se apresentada apelação adesiva pela parte recorrida (art. 997, §§ do CPC), intime-se a parte contrária para contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, §2º, do CPC. 3. Caso as contrarrazões do recurso principal ou do adesivo ventilem matérias elencadas no art. 1.009, §1º, do CPC, intime-se o recorrente para se manifestar sobre elas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.009, §2º, do CPC. 4. Após as formalidades acima, encaminhem-se os autos ao TJ/SE (art. 1.009, §3º, do CPC), com as homenagens de estilo, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte ad quem (art. 932 do CPC). Aracaju/SE, 3 de fevereiro de 2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600043 - Número Único: 0001200-71.2020.8.25.0001

Autor: CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS

Réu: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Considerando que, de acordo com o Código de Processo Civil, não há mais juízo de admissibilidade pelo órgão *a quo* (art. 1.010, §3º, CPC), determino as seguintes providências:

1. Interposto recurso de apelação, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.010, §1º, do CPC.
2. Se apresentada apelação adesiva pela parte recorrida (art. 997, §§ do CPC), intime-se a parte contrária para contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, §2º, do CPC.
3. Caso as contrarrazões do recurso principal ou do adesivo ventilem matérias elencadas no art. 1.009, §1º, do CPC, intime-se o recorrente para se manifestar sobre elas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.009, §2º, do CPC.
4. Após as formalidades acima, encaminhem-se os autos ao TJ/SE (art. 1.009, §3º, do CPC), com as homenagens de estilo, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte *ad quem* (art. 932 do CPC).

Aracaju/SE, 3 de fevereiro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 10/02/2020, às 09:27:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000289596-46**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600043

DATA:

10/02/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que confeccionei a carta de nº 202040600694 para ré.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600043

DATA:

10/02/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202040600694 do tipo Intimação parte do processo teor do despacho [TM1869,MD1887]

 {Destinatário(a): CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal



202040600694

PROCESSO: 202040600043 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0001200-71.2020.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: CARIOLANDO SOUZA DOS SANTOS
REQUERIDO: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

CARTA DE INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)**, para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho prolatado no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos: (...)1. Interposto recurso de apelação, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.010, §1º, do CPC. (...)

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A
Residência : AVENIDA BARAO DE MARUIM, LOJA DA FRENTE, 652
Bairro : CENTRO
Cep : 49010340
Cidade : ARACAJU - SE - SE

[TM1869, MD1887]



Documento assinado eletronicamente por **JOANA DARC BRUNO CORREIA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 10/02/2020, às 10:57:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000291379-40**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600043

DATA:

17/02/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Comprovante de Entrega Carta nº 202040600694, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Aracaju - SE



202040600694



Correios CE

**COMPROVAÇÃO DE ENTREGA
REMESSA LOCAL**

UNIDADE e
DATA DE POSTAGEM



DESTINATÁRIO

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A
AVENIDA BARAO DE MARUIM nº 652, LOJA DA FRENTE.
CENTRO.

49010340 - ARACAJU - SE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE

FGB - Supervisão de Protocolo de Correspondência
Fórum Gumercindo Bessa - Av. Pres. Tancredo Neves, s/n,
49081-901 - Aracaju/SE



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª 12/02/20 16:49 h

2ª _____ : _____ h

3ª _____ : _____ h

Referente ao processo de nro. 202040600043 (Físico)

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros: | |

RÚBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIRO

Handwritten signature and stamp: "Número 14386"

☐ Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ☐ Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

p. Manoel Martins

Handwritten signature and stamp: "Assessoria Comunicação Social"

DATA DE ENTREGA

NOME DE LEGÍVEL DO RECEBEDOR

MANOEL MARTINS SANTOS

14.02.20



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600043

DATA:

18/02/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não